



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 17, v. 1

jan.2022-jun.2022

p. 232-256

‘Destransição de gênero’ como trânsito e errância: abertura para novas corporalidades

(‘Gender detransition’ as transit and wandering: opening to new corporealities)

(La ‘destransición de género’ como tránsito y errancia: apertura a nuevas corporeidades)

Carolina Franco Brito¹

Maria Juracy Filgueiras Toneli²

João Manuel de Oliveira³

RESUMO: O presente artigo possui como tema central os processos que têm sido denominados de ‘destransição de gênero’. Propomos realizar, nesse texto, uma revisão teórica sobre o gênero em seus aspectos identitários ou como estados transitórios, buscando basear nossas discussões sobre a questão da ‘destransição’. Nossos debates giraram em torno de alguns pontos principais, envolvendo certas questões internas aos movimentos trans*, como a disputa pelo sujeito político. Ademais, abordamos outros pontos, como as normas de gênero e os movimentos de subversão delas e buscamos traçar um mapeamento dos estudos sobre a ‘destransição de gênero’ no Brasil. Nossa proposta é a de pensar o gênero como trânsito, entendendo certos processos como movimentos de errância corporal.

PALAVRAS-CHAVE: ‘Destransição de gênero’. Sujeito político. Trânsitos de gênero. Errância.

Abstract: This article has as its central theme the processes that have been called ‘gender detransition’. In this text, we propose to carry out a theoretical review of gender in its identity aspects or as transitory states, seeking to base our discussions on the issue of ‘detransition’. Our debates revolved around some main points, involving certain issues internal to the trans* movements, such as the dispute over the political subject. In addition, we approached other points, such as gender norms and their subversion movements, and we sought to map the studies on ‘gender detransition’ in Brazil. Our proposal is to think about gender as transits, understanding certain processes as movements of body wandering.

Keywords: ‘Gender detransition’. Political subject. Gender transits. Wandering.

Resumen: Este artículo tiene como tema central los procesos que se han denominado ‘destransición de género’. En este texto nos proponemos realizar una revisión teórica del género en sus aspectos identitarios o como estados transitorios, buscando fundamentar nuestras discusiones en el tema de la ‘destransición’. Nuestros debates giraron en torno a algunos

¹ Doutoranda e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Email: carolinafrancobrito@gmail.com

² Psicóloga (UFMG), mestre em Educação (UFSC), doutora em Psicologia (USP), pós-doutora (UFMG e UMinho/PT), professora titular do Departamento de Psicologia da UFSC, pesquisadora 1A do CNPq, cofundadora do Núcleo Margens: Modos de vida, família e relações de gênero (PSI/UFSC), conselheira do CFP (Conselho Federal de Psicologia – 2020-2022). Email: juracy.toneli@gmail.com

³ Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Doutor em Psicologia Social. Email: joao.m.oliveira@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 06/08/21

Aceito em 19/11/21

puntos principales, que involucran ciertos temas internos al movimientos trans*, como la disputa sobre el sujeto político. Además, abordamos otros puntos, como las normas de género y sus movimientos de subversión, y buscamos mapear los estudios sobre ‘detransición de género’ en Brasil. Nuestra propuesta es pensar en el género como tránsitos, entendiendo ciertos procesos como movimientos de errancia corporal.

Palabras clave: ‘Detransición de género’. Sujeto político. Tránsitos de género. Errancia.

1 Introdução

A disputa pelo sujeito político no campo do gênero tem introduzido, contemporaneamente, novos protagonistas e personagens que buscam o reconhecimento e a legitimidade de suas experiências corporais e de gênero dentro do laço social. O que se observa, contudo, são movimentos de resistência a essas novas formas de existência e experimentação dos corpos e dos usos de toda uma vasta gama de tecnologias disponíveis. Em geral, essas oposições partem de grupos conservadores, e às vezes religiosos, que agenciam discursos violentos, prezando por visões tradicionais de família, sexualidade e moral. É possível observar, por outro lado, uma espécie de resistência proveniente também de grupos que, a princípio, seriam espaços de acolhimento e abertura.

A partir da tentativa de firmar certas posições e garantir a manutenção de direitos, conquistados à muito custo e luta, parece haver certa desconfiança com qualquer forma de experimentação do corpo ou de performatividades do gênero que escapem, de certo modo, daquilo que convencionalmente tem sido definido como identidades ou posições trans*⁴. Essas definições são, muitas vezes, originadas ou ainda mantêm certos resquícios de formulações médicas, psiquiátricas e psicológicas de profissionais majoritariamente cisgêneros que, em um dado momento, buscaram capturar as ‘corporalidades estranhas’ e delinear possibilidades terapêuticas para algo que, por muito tempo — e ainda hoje, por vezes — foi/é visto como um problema ou como uma patologia.

A dificuldade que a transposição de um modelo cisgênero ou binário pode trazer para os movimentos trans* e para as vivências individuais desses sujeitos pode ser evidenciada através dos processos que têm sido denominados de ‘destransição de gênero’, ou seja, aqueles em que certas pessoas deixaram de se identificar ou assumir uma posição trans* em um determinado momento de suas vidas. Para certas pessoas que vivenciaram esses trânsitos de gênero, o modelo que se espera ser seguido pelos sujeitos trans* não foi suficiente ou foi insatisfatório. O que, por

⁴ A escolha pelo uso do asterisco em conjunto com a palavra trans* neste texto faz referência ao trabalho de PLATERO MÉNDEZ (2014, p. 185) que utiliza essa ferramenta para expressar um “conceito ‘guarda-chuva’ que pode incluir diferentes expressões e identidades de gênero, como: trans, transexual, transgênero, etc. O asterisco aponta para a heterogeneidade na hora de conceber o corpo, a identidade e as experiências que vão além das normas sociais binárias impostas” (tradução nossa).



sua vez, não invalida as experiências de todas/os aquelas/es que se identificam com certas posições mais próximas do binarismo de gênero e que, de certa forma, estão mais alinhadas com as expectativas do que significa ser uma pessoa trans*.

Desse modo, pensar nos processos de ‘destransição’ de maneira ampla, como possibilidades de trânsitos de gênero, envolve descolá-los de um sentido conservador que visa negar e, em última instância, aniquilar as pessoas trans*. Há, portanto, movimentos de resistência ao aprisionamento das subjetividades em identidades rígidas e aos sistemas de classificações. Se por um lado há uma grande insistência em classificar certos sujeitos cujas vivências de gênero ou sexualidade borram os limites da norma, há por outro, a resistência em não se deixar capturar.

As páginas que se seguem fazem parte de estudo maior a respeito dos processos que têm sido denominados de ‘destransição de gênero’. A escolha em abordar este termo através do uso de aspas se refere à posição teórica de não o assumir completamente, mas em considerar a importância que este vocábulo tem apresentado para algumas dessas pessoas que vivenciaram esse processo.

Propomos realizar, nesse texto, uma revisão teórica sobre o gênero em seus aspectos identitários ou como estados transitórios, buscando basear nossas discussões sobre a questão da ‘destransição de gênero’. Ele compõe uma pesquisa mais extensa, em que foram analisados seis vídeos, que se dividem em dois autorrelatos e quatro reportagens brasileiras (veiculadas inicialmente em meio televisivo, em canais de emissoras abertas), sobre essa temática, presentes na plataforma digital do YouTube. Esse material foi analisado a partir da Análise Foucaultiana do Discurso, uma metodologia pertencente ao campo das pesquisas qualitativas e que reconhece a centralidade do discurso na produção de subjetividades, estas participantes dos jogos discursivos de poder (FOUCAULT, 2012). Fundamentando-se na “rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2002, p. 244), essa metodologia se sustenta também como teoria.

Apesar de nossa proposta não ser a de focar na análise desses vídeos, eles serão utilizados como mais uma fonte para se pensar sobre a ‘destransição’, funcionando como elementos ilustrativos. Propomos, desse modo, discutir alguns pontos: a disputa do sujeito político trans*, as normas de gênero e os movimentos de ruptura ou subversão delas, além de um breve mapeamento dos estudos sobre a ‘destransição’ no Brasil. Considerando esse cenário, a proposta é de pensar o gênero como trânsito, estabelecendo uma relação com os movimentos de errância corporal.



2 ‘Destransição de gênero’ como objeto de estudo

O campo de estudos sobre os processos que têm sido denominados de ‘destransição de gênero’ ainda é incipiente: no Brasil há poucos trabalhos acadêmicos que têm como tema central a ‘destransição’. O que se observa, na maioria dos casos, é uma breve menção a essa possibilidade em artigos e textos que têm como foco as vivências trans*. A maioria dos materiais encontrados possuem como base teórica a psicanálise. Dois autores, em especial, se destacam nesse campo cujas produções abordam, entre outras coisas, aquilo que compreendem ser a ‘transexualidade’ (tratada no singular através de um termo que possui bases médicas) e a possibilidade de um “retorno ao sexo biológico”, nos casos de ‘destransição de gênero’ — o que parece ser sempre esperado.

Os autores, Jorge e Travassos (2017, 2018), pensam a ‘transexualidade’ como uma manifestação da histeria, definindo-a, por vezes, como uma vivência patológica, o que se pode ver pela própria formulação de um de seus títulos: *A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?*. Ainda que a psicanálise admita a histeria como estruturação psíquica e que posteriormente os autores procurem dar outra definição para ‘epidemia’ (o que não foi discutido em nenhum momento nesse texto inicial), alguns indícios podem nos levar a acreditar que a dimensão patológica está postulada. O termo epidemia é amplamente utilizado na área médica e pode significar: “(1) enfermidade temporária que ataca muitas pessoas ao mesmo tempo em certa localidade; (2) aparecimento repentino de vários casos de uma doença infecciosa em uma população e/ou região; (3) agravamento do número de casos que apresentam qualquer anormalidade” (EPIDEMIA, 2020). De modo que nesses casos estaria, aparentemente, envolvido uma espécie de risco de ‘contágio psíquico’ de ‘transexualidade’ na contemporaneidade, em que pessoas passariam a se identificar dessa forma porque supostamente viram outras pessoas o fazendo.

Ademais, sustentam uma posição binária dos sexos e dos gêneros ao discorrer sobre as pessoas trans* como pessoas cuja “alma feminina [nasceu] num corpo masculino (e vice-versa)”. (JORGE; TRAVASSOS, 2017, p. 308) Ao se tratar de um suposto caso de histeria, as possíveis intervenções corporais podem se apresentar como problema, já que a questão “qual o meu sexo: homem ou mulher?” (JORGE; TRAVASSOS, 2017, p. 318) que está na base dessa estrutura clínica, vai permanecer ao longo de toda a vida desses sujeitos que possivelmente desejarão, em algum momento, o “retorno ao [seu] sexo biológico”. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 160) Referem-se, portanto, a um suposto ‘problema’ criado e promovido pela ciência, que vai fazer com que sujeitos históricos demandem a transformação de seus corpos — o que não colocaria fim ao seu conflito.



Essas produções são citadas por outras/os autoras/es psicanalistas que ora concordam, ora criticam esses posicionamentos patologizantes, sem discutir mais a fundo as questões referentes à ‘destransição de gênero’ (LOPES, 2017; SILVEIRA, 2019; TROMBETTA, 2018). Um ponto que parece importante para algumas/alguns autoras/es no que se refere a possíveis transformações corporais que as pessoas trans* possam vir a desejar, é a necessidade/obrigatoriedade de um acompanhamento profissional ou realização de testes/exames como condição de acesso a essas tecnologias. Isso porque supostamente evitaria que um número muito grande de pessoas se ‘arrependessem’ ou ‘mudassem de ideia’ (POMBO, 2020) posteriormente. Para essa autora não basta a autodeclaração desses sujeitos: seria necessário que uma/um especialista — ou um conjunto delas/es — ateste sobre a veracidade das experiências de gênero das pessoas trans*, o que fomenta um discurso patológico, uma vez que admite que esses sujeitos não possuem conhecimento adequado sobre seus corpos ou vivências, sendo a transição de gênero algo perigoso.

Nesse sentido, é possível entender esses movimentos de veridicção como jogos de verdade, assim como propôs Foucault (2003). O autor defende que a verdade não é algo que exista *a priori*, mas sim que é produzida na relação entre os sujeitos, sendo considerada um jogo na medida em que implica em regras. As regras são da ordem da invenção e do arbitrário (BIRMAN, 2002), autorizando e proibindo determinadas práticas no espaço social. A produção de certezas e crenças, próprias ao estabelecimento desses jogos, ocorre através da ação dos dispositivos de poder (FOUCAULT, 1987), por meio dos quais a verdade se legitima e se inscreve nos corpos dos sujeitos, através da mediação dos processos de subjetivação (BIRMAN, 2002). Nessa perspectiva, supostamente, somente as pessoas cisgênero poderiam saber sobre a verdade dos corpos trans* e, sendo assim, autorizar possíveis mudanças corporais.

Saindo do campo psicanalítico, o tema da ‘destransição’ é abordado mais amplamente por Maranhão Filho, cuja formação é na área da História e Ciências das Religiões. Sua pesquisa envolve o estudo das religiões e religiosidades, bem como suas relações com os gêneros, as sexualidades, as subjetividades e a história do tempo presente. Maranhão Filho faz uso de expressões como ‘ex-trans*’, ‘ex-travesti’, ‘ex-transexual’, ‘ex-transgeneridade’ e ‘ex-transgênera’ para se referir a sujeitos que passaram pelo processo de ‘destransição de gênero’. Propôs pensar, em sua tese, questões referentes às “engenharias corporais/identitárias de gênero/religiosas a partir de dois eixos, as igrejas inclusivas e os ministérios de ‘recuperação de travestis’ [que nomeou de] ‘ministérios de conversão de travestis — conversão religiosa e de gênero’”. (MARANHÃO FILHO, 2014, p. 151)



Esses Ministérios envolvem, frequentemente, missões, das quais duas se destacam: a missão Comunidade Evangélica de Nova Autora (CENA) e a missão Salvação, Amor e Libertação (SAL), grupos esses que buscam ‘curar’ não apenas as sexualidades e gêneros desviantes da heteronorma e da cishnorma, mas também pessoas adictas e alcoolistas — considerados males que, ao afastarem os sujeitos do caminho de Deus, devem ser erradicados. Sua tese reflete, nesse sentido, sobre as relações entre os discursos religiosos e as assunções de gênero de pessoas trans* e ‘ex-trans*’. Tece críticas não aos trânsitos de gênero, mas sim aos “discursos patologizantes, pecadologizantes e demonizantes de determinad@s igrejas, ministérios de conversão, coletivos de psicólog@s/psiquiatras crist@os, etc, que estimulam tais movimentos de (re/des)transicionadores de gênero”. (MARANHÃO FILHO, 2014, p. 243)

Extrapolando as fronteiras brasileiras, Hildebrand-Chupp (2020) tem desenvolvido sua pesquisa sobre ‘destransição de gênero’ em San Diego, cidade dos Estados Unidos da América, a partir de uma leitura de textos feministas e dos estudos transfeministas. Buscando mapear as produções na área, Hildebrand-Chupp estabelece uma distinção conceitual entre as pesquisas que têm como objetivo prevenir a ‘destransição’ daquelas que visam apoiar as pessoas que ‘destransicionaram’. Cada uma delas possui suas próprias perguntas, metodologias, julgamentos de valor e formas diferentes de intervenção. (HILDEBRAND-CHUPP, 2020) Em geral, aquelas que visam prevenir os processos de ‘destransição’ envolvem o estudo de fatores generalizáveis que poderiam causar ou predizer esses momentos, configurando-os então como um ‘risco’ nos processos de transição de gênero. O objetivo seria, portanto, criar mecanismos ou protocolos para as intervenções cirúrgicas ou hormonais, a fim de reduzir as taxas de ‘arrependimento’. Nesses casos, é comum que as pessoas que ‘destransicionaram’ sejam colocadas em posições contrárias às pessoas trans*, criando um conflito entre esses sujeitos. Na medida em que o controle dos corpos das pessoas trans* é colocado mais uma vez sob o poder de determinadas áreas do saber e instituições e o acesso ao direito de seus corpos é negado ou dificultado, isso parece significar um risco para essas pessoas.

As pesquisas que possuem como objetivo apoiar as pessoas que ‘destransicionaram’, por sua vez, envolvem o estudo dessas experiências e do próprio processo de ‘destransição’. Nessas perspectivas, são pensadas diferentes formas de intervenções para promover apoio a essas pessoas durante esse processo e posteriormente a ele. Trata-se, portanto, de uma tentativa de incluir clinicamente esses sujeitos, levando em consideração suas próprias necessidades médicas e psicológicas específicas. (HILDEBRAND-CHUPP, 2020) Desse modo, poder-se-ia dizer que

⁵ MARANHÃO FILHO (2014, 2017) faz uso do @ como um artifício para substituir os artigos feminino e masculino. Respeitando seu posicionamento, mantivemos essa grafia nos trechos referentes aos seus textos.



os valores envolvidos nessas duas formas de pesquisar vão refletir no próprio campo de pesquisa — de forma que não é possível uma produção de conhecimento neutra e apolítica.

Pensamos, contudo, que se trata de um assunto complexo e que essas posições não podem ser facilmente resumidas através de apenas dois polos. Há questões a serem consideradas na forma como os processos de ‘destransição de gênero’ têm sido tratados por cientistas, pesquisadoras/es, profissionais de saúde e outros agentes sociais. De modo que as questões que temos apontado a respeito dessas diferentes forças que atravessam a subjetividade e corporalidade dos sujeitos que eventualmente experienciam a ‘destransição de gênero’ e outras formas de trânsitos de gênero parecem complexificar o campo de discussões, e não simplificá-lo. É possível, portanto, que existam posições que não sejam totalmente a favor ou contra esses processos, podendo envolver diferentes perspectivas e motivações e exercer formas variadas de poder sobre esses sujeitos.

O que se observa, todavia, é um frequentemente agenciamento de termos como ‘arrependimento’ e ‘insatisfação’ (DHEJNE; ÖBERG; ARVER; LANDÉN, 2014) para definir a ‘destransição de gênero’. A possibilidade de arrependimento é sinalizada também, em vários momentos, pelas pessoas presentes nos vídeos do YouTube, analisados por esta pesquisa, como é possível verificar⁶:

*Quando ele chegou nessa decisão eu lembro que um dia ele me ligou e ele falou assim: “Rita, eu vou fazer isso, eu vou fazer a mudança de sexo”. Eu falei: “filho, você tem certeza que é isso que você quer para a sua vida? Você sabe que isso pode gerar uma consequência. **E se você se arrepender?**” (Rita, irmã de Artur⁷, grifo nosso)⁸*

*[...] o Artur achou que tinha nascido no corpo errado. Olha só essa história: 15 anos ele começou a transição, mudou tudo, cortou, não tem mais, e aí se **arrependeu**. (Apresentadora da reportagem, grifo nosso)*

*[...] eu estou aqui com o Artur que fez a cirurgia de mudança de sexo, mas **se arrependeu e voltou a ser homem**. (Entrevistadora, grifo nosso)*

*Eu falei para ele: “será que isso daí você não pode vir **a se arrepender no futuro?**”, mas era uma coisa que ele queria e ele estava disposto a pagar esse preço. (Rita, irmã de Artur, grifo nosso)*

Entretanto, parece não ser possível generalizar a experiência de ‘destransição de gênero’ como sendo sempre e somente uma vivência de arrependimento, na medida em que ela envolve diferentes aspectos: físicos, psicológicos, econômicos e sociais. (CALLAHAN, 2018) Assim, os

⁶ Os nomes dos sujeitos da pesquisa foram modificados. Fazemos uso, portanto, de nomes fictícios no intuito de preservar suas identidades nesse espaço.

⁷ Artur se identifica como homem cisgênero, tendo assumido, em certo momento de sua vida, uma posição de mulher transexual.

⁸ Utilizamos o itálico, ao longo do texto, para sinalizar os trechos dos discursos dos participantes dessa pesquisa. O negrito, nesses casos, se refere a uma marcação nossa, para ressaltar partes das falas que julgamos ser mais importantes.



motivos que podem levar esses sujeitos a passarem por esses processos são múltiplos e nem sempre envolvem o arrependimento. (HILDEBRAND-CHUPP, 2020) Ainda que poucas pesquisas tenham sido desenvolvidas sobre os processos de ‘destransição’, a maioria delas tenta precisar uma taxa de experiências negativas, centrando-se em constructos como o de ‘arrependimento cirúrgico’ e ‘desistência’, apresentando-os como algo que deve ser evitado. Alguns estudos suecos sugerem que apenas 2,2% dos 681 candidatos aprovados para realizar cirurgias ao longo dos últimos 50 anos apresentaram algum arrependimento, enquanto que nos anos de 2001 e 2010, apenas 0,3% fizeram essa manifestação. (DHEJNE et al., 2014)

Desse modo, mesmo com taxas muito baixas de ‘arrependimento cirúrgico’, pesquisadoras/es e a grande mídia têm tentado sugerir que são casos muito mais frequentes do que geralmente se reconhece. Tal estratégia produz efeitos importantes e sérios no que se refere aos direitos das pessoas trans*, pois sempre se espera que esse momento de arrependimento irá chegar e que, justamente por isso, esses sujeitos não deveriam poder modificar seus corpos e documentos, se assim desejarem. Nesse cenário, apresentam os sujeitos da ‘destransição’ como verdadeiras provas de que as pessoas trans* são pessoas transtornadas e doentes, invalidando suas vivências de gênero.

Ademais, a ‘destransição’ é compreendida como uma espécie de retorno a um lugar original de onde se partiu no processo de transição de gênero:

*[...] eu comecei a dizer para Deus: ‘mas só tu pode fazer isso na minha vida agora, porque **como eu posso voltar para um caminho, para um propósito original** que tu me criou, sendo que já fui tão longe e dei passos até mesmo irreversíveis, né, no corpo?’ (Gustavo⁹, grifo nosso)*

*Cortar os cabelos, retirar as próteses, tomar hormônios de testosterona. A desconstrução de Larissa foi rápida apesar de a operação de mudança de sexo não ser reversível, era inegável que **Artur estava de volta**. (Repórter, grifo nosso)*

*No terceiro período, que foi **quando eu resolvi voltar tudo de novo**, foi um pouco mais complicado, porque realmente eu fiquei uns dois, três meses tendo que sentar e conversar e explicar por que **eu voltei**, porque era mais difícil para as pessoas aceitar que **eu tinha sido uma mulher trans e voltei a ser menino**, do que aceitar que eu viraria uma mulher trans. (Ariel¹⁰, grifo nosso)*

Hildebrand-Chupp (2020), que tem se proposto pensar os processos de ‘destransição de gênero’ a partir de perspectivas feministas e transfeministas, também compreende desse modo: “destransição é, em certo sentido, um verbo descritivo que se refere ao ato de retornar de alguma

⁹ Gustavo se identifica como homem cisgênero, tendo assumido a identidade de mulher transexual em certo período de sua vida.

¹⁰ Ariel ora se identifica como não binário, ora como homem cisgênero, mas em um dado momento de sua vida assumiu a posição de ‘mulher trans’.



forma a um estado de pré-transição”¹¹. (HILDEBRAND-CHUPP, 2020, p. 802, tradução nossa) Contudo, essa forma de definição parece se basear em determinadas noções de sexo e gênero. Em certos modelos, o sexo e o gênero são apresentados como elementos dicotômicos que representariam uma verdade da natureza e da cultura, respectivamente. Nessas perspectivas, os sujeitos trans* seriam aqueles cujo gênero não estaria de acordo com o sexo dito biológico, ou seja, sairiam desse lugar original do corpo e da natureza, aparentemente determinado por certas características naturais, anatômicas, cromossômicas ou hormonais (BUTLER, 2003) para enfim assumir um outro gênero, o que muitas vezes segue obedecendo uma lógica binária que admite apenas a possibilidade de existência de duas configurações: mulher/homem ou feminino/masculino. Nota-se que, nesse modelo, o sexo parece ser anterior ao gênero, pois é somente depois que o sujeito se insere em determinada cultura que seu gênero vai se constituindo.

Desse modo, nos casos de ‘destransição de gênero’, ou seja, das experiências de sujeitos que deixam de se identificar ou de assumir uma posição trans*, parece haver um retorno a esse sexo, ou a essa identidade ou posição inicial — mantendo uma lógica aparentemente binária. Isso se revela nas falas dos sujeitos da pesquisa quando falam de um ‘retorno’ ou de uma ‘volta’ a um propósito original, ou a uma posição primeira, da qual supostamente se ‘saiu’ no processo de transição de gênero.

Entretanto, quando se parte de outras epistemologias e se considera o gênero para além de sua dicotomia com o sexo, compreendendo que “a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 24)¹², abre-se a possibilidade de compreender os processos de ‘destransição de gênero’ de novas maneiras. Ao desconsiderar a premissa de que o sexo é elemento pré-discursivo, ou seja, anterior à cultura e ponto de partida dos processos de transição de gênero, entendemos que todas/os nós viemos ao mundo já inseridas/os em um determinado lugar social, linguístico e de parentesco (BUTLER, 2020), de modo que o sexo sempre foi gênero. Deixa de fazer sentido, portanto, a ideia de que as pessoas trans* são aquelas cujo gênero tomou caminhos diferentes do sexo, como se este elemento fosse o primeiro. Dessa forma, nos casos de ‘destransição de gênero’, é fundamentalmente impossível retornar a um lugar de origem, pois este nunca existiu. A fim de desenvolver melhor essas ideias, propomos

¹¹ No texto original: “*Detransition is, in one sense, a descriptive verb that refers to the act of returning in some way to a pre-transition state*”.

¹² Importante ressaltar que essa é uma inferência teórica de Judith Butler (2003), que compreende que, no final, o sexo sempre foi gênero. Contudo, a dicotomização desses dois elementos tem sido utilizada como componente central para a própria definição da experiência trans*, muitas vezes descrita como uma descontinuidade entre o sexo e o gênero. De modo que essa distinção ainda importa para muitas instituições, movimentos e processos subjetivos para tornar ‘entendível’ a condição trans.



pensar o gênero não mais como elemento substancial ou identitário, mas sim compreendê-lo como trânsitos.

3 Gênero em seus trânsitos

Teóricas/os feministas *queer* e transfeministas têm centrado sua análise a respeito do gênero a partir de seus trânsitos, e as críticas que formulam envolvem colocar em questão o gênero como elemento puramente identitário e constante. À medida que Butler (2020) afirma que o sujeito emerge no processo de atribuição de gênero — não sendo, portanto, nem anterior, nem posterior a esse momento — seria correto inferir que somos todas/os assujeitadas/os e subjetivadas/os pelo gênero. O processo de atribuição de gênero pode ser entendido, portanto, como “as relações de diferenciação pelas quais os sujeitos falantes vêm à existência”. (BUTLER, 2020, p. 24) Apesar desse momento constituinte, o gênero não pode ser entendido como uma identidade estável. Contudo, caso se insista em continuar definindo-o como identidade, somente é possível quando se reconhece que se trata de “uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2003, p. 200), uma vez que o gênero não é substância, mas sim uma temporalidade constituída socialmente. Essa aparência substancial é efeito da estilização dos corpos e diz do modo como nossos gestos e estilos corporais vão produzir a ilusão de um sujeito que é permanentemente marcado pelo gênero.

Alternativamente à noção do gênero como elemento dicotômico ao sexo, ou ainda, como uma essência que se exterioriza no corpo, Butler (2014) defende o gênero como uma norma que se constitui performativamente. Segundo a autora, a “norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização”. (BUTLER, 2014, p. 252) Nesse sentido, afirmar a performatividade do gênero implica em compreendê-lo como uma prática reiterativa e citacional, cujas normas regulatórias operam na constituição da materialidade dos corpos e na inscrição de uma ideia social de sexo, cuja diferença se consolida através de uma matriz heterossexual. A materialidade dos corpos é, portanto, “indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação desses efeitos materiais”. (BUTLER, 2020, p. 17)

A imprecisa ideia de permanência do gênero, ou seja, de que ele seria constante e idêntico a si mesmo ao longo da vida, se constitui como um importante elemento da cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015). Este conceito foi desenvolvido inicialmente pelas comunidades trans* e por teóricas/os transfeministas para nomear as posições de ‘normalidade’ contra as quais pessoas não cisgênero são frequentemente definidas como erradas, doentes e/ou



imorais e para denunciar um sistema que é profundamente violento com aquelas/es que não estão de acordo com as normas de gênero.

A cisgeneridade é um termo que tem sido muito utilizado na nomeação de sujeitos que se identificam com o sexo/gênero atribuído e imposto no nascimento. Contudo, trata-se de um conceito analítico e político que não tem como objetivo primeiro restringir-se ao âmbito pessoal de nomeação de posições ou identidades, o que seria uma leitura empobrecida dessa proposta, já que se refere a uma crítica decolonial preocupada com as necessidades e demandas políticas de uma comunidade de pessoas — trans*, travestis, não binárias, intersexo. Vergueiro (2015) afirma que esse conceito pode ser compreendido através de três eixos ou traços principais que mantêm entre si uma relação de interdependência: pré-discursividade, binariedade e permanência.

A pré-discursividade pode ser “caracterizada como o entendimento sociocultural — historicamente normativo — de que seja possível definir sexos e gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de determinadas características corporais” (VERGUEIRO, 2016, p. 257), como se o corpo por si só carregasse informações muito precisas a respeito do sexo/gênero. Essa ideia está associada a uma noção de metafísica da substância (BUTLER, 2003), ao pensar que o gênero supostamente seria verificável por especialistas que definem o que é o sexo a partir de partes específicas do corpo, socialmente estabelecidas como o lugar da verdade do sexo. Esse sexo/gênero se apresentaria sempre a partir de apenas duas realidades: mulher/homem e feminino/masculino, ou seja, dentro de um binarismo que funciona a partir de “processos de naturalização de diferenças” (LEITE JÚNIOR, 2011, p. 199) que ocultam as relações de poder intrínsecas. Desse modo, se espera que as realidades de sexo/gênero sejam estáveis e consistentes ao longo da vida. Sendo assim, “descentralizar a cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero deve, também, ser um processo que questione a premissa de permanência das identidades de gênero em suas relações e diálogos com suas formações corporais” (VERGUEIRO, 2015, p. 66), premissa essa que se produz de forma normativa, tendo como efeito a violação de direitos de sujeitos dissidentes da cisnorma.

Admitir a dimensão performativa do gênero implica, portanto, desestabilizar e apontar as fissuras da naturalização de uma ideia de permanência cisnormativa, uma vez que “mostra o gênero como um exercício bem mais fluido (apesar necessariamente da vigência das normas de gênero) do que se imagina nos modelos mais estruturais do gênero”. (OLIVEIRA, 2016, p. 124) Os trânsitos de gênero, evidenciados por certos corpos, como trans*, *queer*, não binários, colocam em questão essa suposta constância e imutabilidade, e permitem pensar o gênero como artifício e tecnologia (LAURETIS, 1994). Nesse sentido, todas/os apresentamos processos de



trânsitos de gênero: não se trata de uma especificidade das pessoas trans*, uma vez que não há diferença ontológica ou essencial entre pessoas identificadas como cisgênero e as pessoas trans* — todas/os viajamos pelo espectro dos gêneros (OLIVEIRA, 2016). As diferenças estariam, portanto, no âmbito do uso das tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), ou seja, das variadas formas de transformar o gênero em matéria, que parecem ser mais evidenciadas nos corpos não cisgênero, como através do uso de maquiagem, cortes de cabelo, hormônios, entre outros, apesar do fato de que independem do gênero dos sujeitos.

Enquanto para algumas/alguns é socialmente aceita a mudança de seus corpos, para outras/os não é algo tão simples: cria-se um aparato médico e jurídico para regular o acesso às tecnologias daquelas/es que são fundamentalmente consideradas/os como patológicas/os por não estarem de acordo com as normas de gênero. Por que se exige que uma mulher trans* passe por um processo de acompanhamento psiquiátrico e psicológico compulsório para ter acesso a intervenções cirúrgicas e poder, assim, transformar seu corpo? Por que é necessário se submeter a uma linguagem médica e científica de ‘transexualidade’ para que se possa colocar silicone nos seus seios, mas de uma mulher cisgênero isso não é exigido (basta seu desejo)? Esse é obviamente um exemplo dessa realidade tão complexa: não queremos aqui dizer que todas as mulheres trans* possuem o interesse de transformar seus corpos ou que partes específicas dele podem se desejar modificar, apenas sinalizar as diferenças do acesso a tecnologias em situações como essa, a depender da posição generificada do sujeito.

João Manuel de Oliveira (2016) afirma que as pessoas trans* fazem uso das diferentes tecnologias de gênero a partir do modo como produzem sua expressão de gênero, cuja diversidade é vasta: existem pessoas que se identificam com determinado gênero, do mesmo modo que há aquelas/es que não pretendem uma identificação normativa. Ainda sobre os variados usos e as diferenças postuladas a partir do gênero, BUTLER (2009, p. 107) discorre sobre a utilização de medicamentos e hormônios para dizer que “não há nenhuma suspeita de distúrbio mental para mulheres que tomem estrogênio ou homens que tomem viagra”, o que ela atribui ao fato de que nesses casos se está dentro do âmbito da norma: como se estivessem apenas tentando melhorar algo que é supostamente ‘natural’, reforçando, muitas vezes, essas mesmas normas tradicionais de gênero.

Lucas¹³ e Artur trazem em seus relatos suas experiências com o uso de hormônios e silicone industrial:

¹³ Lucas se identifica como homem trans, apesar de ter vivido, em um certo período, o processo que denomina de ‘destransição de gênero’.



Entre todas elas [efeitos da testosterona], algumas eu não tinha gostado, mas algumas eu super me interessei e aí eu falei que eu não me importava e que eu queria tentar e se, por algum motivo eu não tivesse gostando dos ‘efeitos colaterais’, eu pararia. E aí ele topou me ajudar, foi atrás da testosterona, apesar de que a dosagem era muito mais alta, porque ele não tinha noção para mim qual seria a dosagem de testosterona, então ele passou a mesma que ele usava. Eu acabei seguindo mais ou menos isso e enfim, eu comecei a ‘transição’ dessa forma. (Lucas, grifo nosso)

*E aí ela fez em mim um protótipo, e ela começou a colocar silicone industrial no meu corpo, que foi as primeiras transformações, depois das injeções de hormônio, as injeções eram constante. Se uma pessoa faz uma injeção a cada um mês, a gente fazia em excesso, três vezes por semana de injeção, **fora os comprimidos**. Então era uma bomba de estrogênio que vinha para dentro do corpo e fazia essa alteração muito rápido. (Artur, grifo nosso)*

Assim como PRECIADO (2008, p. 15), Lucas parece se propor a uma “intoxicação voluntária a base de testosterona sintética”. O recurso a essa droga como algo experimental se evidencia em sua fala, uma vez que ele afirma decidir tentar — experimentando as possibilidades dos efeitos dessa substância em seu corpo e deixando em aberto a possibilidade de manter ou não esse uso. Preciado (2008) relata em seu livro sua experiência de administração de hormônios sem a espera de uma mudança legal de seu ‘sexo’ e sem se submeter a todo o protocolo psiquiátrico que o identificaria como disfórico de gênero, buscando, portanto, fazer uso de seu corpo e dessas tecnologias sem recorrer a todo o aparato médico e jurídico que, em geral, delimitam formas muito específicas e limitadas daquilo que compreendem ser as vivências trans*.

Artur, por sua vez, além dos hormônios, decide também pela aplicação de silicone industrial. Esses tecnofármacos (PRECIADO, 2008) estão implicados nos processos de subjetivação desses sujeitos, operando na construção de seus corpos que, muitas vezes, “subvertem os direitos que os agentes de saúde têm de regular e interditar medicamentos, procedimentos e outros dispositivos necessários à manutenção e transformação dos seus corpos”. (SAMPAIO; GERMANO, 2007, p. 468) Essa resistência ao enquadramento dos parâmetros médicos e psicológicos pode dizer tanto da complexidade e problemas das instituições (demora; necessidade de adequação do discurso e do corpo às expectativas profissionais; viés patológico que muitas vezes sustenta todo o processo, entre outros), quanto de uma postura subversiva que contraria os modelos normativos de saúde e doença e que dá preferência à utilização de “hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos cujo uso não deve ser regulado pelo Estado, nem confiscado pelas empresas farmacêuticas”. (PRECIADO, 2008, p. 47, tradução nossa) Essas apropriações subversivas das tecnologias se dão de diferentes formas:

Por exemplo, quando travestis brasileiras usam hormônios produzidos para controlar a fertilidade feminina, estão se apropriando de forma inesperada dessas tecnologias normalizadoras. O silicone industrial capaz de azeitar motores é convertido por elas na confecção de nádegas, coxas, em formas sedutoras, redondas, femininas. Um feminino que tem o pênis como elemento de sedução para uma clientela vasta que, em alguns



países europeus, como atestam as muitas guias eróticas disponíveis na internet, as quer ativas, isto é, viris, penetrativas, eréteis. (PELÚCIO, 2016, p. 124-125)

Nossos corpos são, portanto, modificáveis e plásticos, podendo se fazer e desfazer pelo uso de hormônios, cirurgias, treinos de voz e outras práticas, denunciando, assim, o ‘sexo’ como elemento artificial, passível de ser transformado pelas várias tecnologias. (SAMPAIO; GERMANO, 2007) O uso dessas tecnologias, feito por todas/os nós, contribui para a formação de uma certa aparência de gênero, como se nossos corpos fossem sempre femininos ou masculinos, uma vez que exteriorizariam algo do âmbito da substância ou da natureza. Entretanto, como dito, o gênero se constitui ao longo da vida de maneira performativa a partir das normas sociais. Compreender o gênero em sua dimensão performativa e nos seus trânsitos implica em pensar em uma teoria que não é individualista, mas que concebe o social como o espaço por meio do qual e no qual essas relações acontecem (OLIVEIRA, 2016).

Se é verdade que todas/os transitamos pelo gênero, é igualmente verdadeiro que em certos casos isso parece não ser percebido, como acontece nas vivências que estão mais no campo da cisgeneridade. Aquelas/es cujos trânsitos são mais aparentes socialmente, são frequentemente compreendidos como corpos aberrantes e estranhos, justamente por não se conformarem totalmente à norma. Nesses casos, que ora são nomeados como experiências dissidentes da norma, ora como *queer*, a produção estética e política do corpo pode, muitas vezes, subverter as configurações normativas anunciando, assim, novas formas de existência. Nesse sentido, PRECIADO (2011, p. 16) afirma que “os corpos da multidão *queer* são também as reapropriações e os desvios dos discursos da medicina anatômica e da pornografia, entre outros, que construíram o corpo *straight* e o corpo desviante moderno”. Essas formações se constituem pelas historicidades, rompimentos e encontros dentro do contexto sociocultural, através dos seus processos, dos seus trânsitos e da errância em si. (SILVA, 2018).

Esses trânsitos de gênero são relatados por Lucas e Ariel:

Eu transicionei, depois eu destransicionei e depois transicionei de novo. (Lucas)

Ainda sinto sim a possibilidade de um dia se eu acordar e achar que eu não estou feliz e que eu possa mudar e tiver essa possibilidade — lógico, que também tem o organismo, né, que já passou por muitas cirurgia e etc. e tratamentos hormonais —, mas hoje se eu tiver a necessidade e me entender que eu sou realmente aqui o Ariel, essa pessoa que se encontra aqui é uma mulher trans eu passaria sim de novo e me transformaria em uma mulher de forma que eu me sentisse feliz, né. (Ariel, grifo nosso)

Essas experiências de trânsito se referem a um modo de apropriação do corpo a partir de uma construção errática de si (SILVA; ALVIM, 2020), em que se consideram as possibilidades de mudança ao longo da vida, uma vez que o gênero não é elemento estático ou substância.



Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação com o transitar no espaço urbano de forma presentificada, como apresentada por Jacques (2012), pois inventa novas maneiras de estar na cidade, da mesma forma que é possível ser alguém que não é plenamente obediente às normas sociais de gênero, abrindo espaço para diferentes possibilidades, como corpos e multidões *queer* (PRECIADO, 2011), trans*, travestis, não binários, intersexo, entre outras. SILVA e ALVIM (2020, p. 6) afirmam que as

Pessoas com gênero transitório/errante trazem em seus corpos a marca dessa dimensão carnal pavorosa, suas mudanças físicas, silicones, hormônios, e uma espécie de viagem errante em um universo corporificado de sangue, suor, saliva, tecidos cortados, reinventados, ressignificados, redesenhados anatomicamente e subjetivamente. São corpos que se reconstróem em uma nova perspectiva de ser, tendo como horizonte uma construção de identidade que escapa à norma binária, para uma imensidão de possíveis.

Esses sujeitos errantes habitam as margens e as fronteiras. São as/os estranhas/os que não aspiram ao centro e que causam certo incômodo e perturbação a partir dos seus lugares. (OLIVEIRA, 2019) Justamente por isso, se apresentam como força de resistência a esses modelos hegemônicos e violentos. Através de suas experiências de trânsito, vivenciam seus corpos como uma navegação de si, mapeando e se apropriando do território corporal. (SILVA, 2018) São sujeitos que ao transgredir a norma criam movimentos e borram fronteiras.

4 Quem pode contar como trans*? A respeito da disputa do sujeito político

Desacelerar os debates que têm sido empreendidos no âmbito das disputas sociais e políticas parece ser importante para pensar em quais sujeitos têm contado como trans*, como essa categoria tem sido definida e quais lutas ocorrem em torno dessa definição: quem pode/tem o direito de definir isso? (BUTLER, 2016) Todo campo político é um espaço de disputa e, no que se refere aos movimentos sociais, parece existir frequentemente a necessidade de uma certa unidade entre as pessoas que os compõem, a fim de resistir às práticas violentas e excludentes e lutar pelos seus direitos e sua ampliação. Há, portanto, uma tentativa de construção de um sujeito universal — ainda que restrito a um certo conjunto —, uma identidade que poderia representar todo um grupo de pessoas. (HARAWAY, 2000) A simples nomeação, entretanto, não é suficiente para conhecer determinado fenômeno, uma vez que a operação desses discursos não apenas constrói um argumento sobre os direcionamentos das lutas e do que se espera conquistar, mas está também — e fundamentalmente — criando e definindo ativamente essa população, possibilitando uma luta hegemônica sobre quem pode instituir essas definições e como elas devem operar. (BUTLER, 2016)

A respeito da discussão sobre a disputa pelo sujeito político trans*, talvez seja possível estabelecer um paralelo com os feminismos. Se é verdade que, em um certo período, o



desenvolvimento de uma linguagem representacional foi importante para a promoção da visibilidade política das mulheres em um contexto em que suas vidas eram mal representadas ou invisibilizadas, é fato, também, que nas últimas décadas diversas teóricas internas a esses movimentos têm colocado em questão a posição universal do sujeito ‘mulher’. Contemporaneamente, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres”. (BUTLER, 2003, p. 7) Isso porque o estabelecimento de uma única forma de representação desses sujeitos envolve um processo de exclusão, pois o gênero não se produz de maneira coerente em todos os contextos históricos e sociais, e está relacionado interseccionalmente (CRENSHAW, 2004) com outras modalidades, como raça, etnia, classe, deficiência etc. De modo que, em geral, ‘a mulher’ tratada no singular representava uma forma muito específica de sujeito: se referia às mulheres brancas, em geral heterossexuais, de classe média e sem nenhuma deficiência. (BITTENCOURT, 2015) Não existe, portanto, uma única forma de ser mulher, do mesmo modo que não existe uma única forma de ser trans*, mas sim uma pluralidade de possibilidades. A delimitação totalizadora só poderia se dar sob o custo de novas exclusões, sendo necessário, destarte, manter permanentemente o termo ‘universalidade’ em aberto, em contestação e em contingência, com o objetivo de não impossibilitar reivindicações de inclusões futuras. (BUTLER, 1998)

Ademais, a produção dos sujeitos ocorre a partir dos sistemas jurídicos de poder que posteriormente os representam. (FOUCAULT, 1993) Desse modo, assim como as pessoas trans*, “o sujeito feminista se revela discursivamente constituído [...] pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação”. (BUTLER, 2003, p. 19) Essa produção dos sujeitos jurídicos se dá, invariavelmente, por meio de práticas de exclusão que são naturalizadas e ocultas, de forma que as categorias de identidade nunca são apenas descritivas, mas sempre normativas e excludentes (BUTLER, 1998). Para além de uma unidade, as identidades emergem dentro de jogos específicos de poder por meio da marcação da diferença, ou seja, da sua relação com o outro, a quem é produzido como diferente e abjeto. (HALL, 2000)

Sendo assim, dependendo da forma como os discursos sobre as posições identitárias e pós-identitárias são utilizados, podem produzir a “regulação de práticas normativas sobre os corpos” (SOUSA, 2017, p. 74), mesmo que de maneira interna ao campo social e político. Um desses pontos de disputa é sinalizado por Ariel no seu processo de ‘destransição de gênero’ quando foi questionado sobre seus trânsitos de gênero também por pessoas trans*, que tiveram receio que uma experiência como essa pudesse invalidar suas vivências:



Então, no início e durante a terapia, né, eu fui estudando a possibilidade de voltar, essa aceitação, com o apoio terapêutico e aí eu comecei a pesquisar. E aí eu vi que tinham outras pessoas no mundo que tiveram a mesma dificuldade, que se tornaram transgêneras e que fizeram, né, a destransição. Eu sofri muito preconceito para voltar, porque as pessoas achavam que era uma brincadeira, ‘você estão brincando, como que você vai assumir?’, as próprias mulheres trans, né, falavam: ‘ah, mas o que que vão pensar da gente? Aí vai achar que é essa palhaçada, hoje quero ser mulher, amanhã eu quero ser homem, e eu não sou assim’. E aí eu tive que explicar pra elas que para elas era uma necessidade ser mulher, ela era mulher transgênero, mas no meu caso não, eu era não binário. (Ariel, grifo nosso)

O surgimento de outros sujeitos que entram na disputa por essas posições políticas parece gerar certos problemas ou incômodos para algumas pessoas que, talvez, estejam presas a formas muito específicas de entender os trânsitos de gênero e as possibilidades de experimentação de seus corpos. Os movimentos trans*, assim como outros movimentos sociais e políticos, são também atravessados por normativas internas. São estabelecidos certos critérios que buscam gerenciar esse território do ponto de vista de uma veridicção: quem pode ou não contar como trans*? Quem é ou não trans*? A disputa por um território, por uma identidade política, acaba incluindo, de certa maneira, uma normatividade: o que se deve excluir, o que é verdade ou não. Está em jogo, portanto, uma economia política dos corpos (FOUCAULT, 1998), posicionando os sujeitos em determinados lugares, mesmo as pessoas não binárias. Butler (1998) afirma que, na luta pela emancipação e democratização é possível que se adotem modelos de dominação pelos quais esses próprios sujeitos foram oprimidos, sem para tanto perceber que a regulação e a produção dos sujeitos são formas de funcionamento da dominação.

Considerando essas questões, Hall (2000) propõe deixar a identidade sob ‘rasura’, ou seja, frente ao cenário que ainda não criou um conceito que possa substituí-la, seu uso deve permanecer apenas quando não admite sua dimensão totalizante: “a identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’ no intervalo entre a inversão e emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões chave não podem ser sequer pensadas”. (HALL, 2000, p. 104) Isso porque não existe posição de sujeito fora do campo das estruturas jurídicas da linguagem e da política, cabendo a nós as formulações de críticas, no interior dessa estrutura, das naturalizações identitárias (BUTLER, 2003), cuja abertura e ressignificação dessas categorias torna a vida mais vivível. (BUTLER, 2016)

Quando se mantém fixas essas posições, cria-se um mal-estar para certos sujeitos, uma vez que, mesmo por parte daquelas/es cujas vivências são dissidentes da heteronorma e da cisnorma, há uma cobrança para que nomeiem suas experiências e que assumam determinadas formas/posições de gênero: é preciso que se diga quem se é, afinal. E quando não se diz, parece se criar um mal-estar generalizado. Lucas relata isso:



O problema foi que eu comecei o tratamento hormonal, eu passei pelas mudanças das características do corpo, do rosto, então para a sociedade eu já era visto como um garoto, porém eu não conseguia me sentir um garoto, eu não queria ter que mudar o meu pronome, eu não queria mudar o nome, mas viver daquela forma também não estava dando, me incomodava muito, me deixava extremamente constrangido, me deixava extremamente mal com aquilo e eu me sentia totalmente fora de todas as caixinhas que existem, eu não me sentia homem, eu não me sentia mulher, eu não queria que me chamassem no masculino, eu também não queria que me chamassem no feminino. E aquilo foi me perturbando de um jeito que eu não consegui lidar com todas as mudanças. Por mais que eu estivesse finalmente encontrado uma forma de mudar meu corpo, de mudar todas as características e ficar exatamente como eu sempre tinha sonhado, ao mesmo tempo minha vida tinha virado de ponta cabeça, eu não conseguia mais lidar com nada fora de casa. Eu simplesmente surtei e não consegui aguentar a pressão da sociedade. (Lucas, grifo nosso)

O sofrimento e confusão relatados por Lucas dizem dessa demanda social para que ele ocupe certo lugar. Não se refere, portanto, a nada intrínseco a sua experiência de gênero: ele relata ter se sentido bem com todas as transformações que decidiu — era a sociedade a causadora da sua angústia, provocada pela dificuldade de se adequar à norma. O posicionamento identitário, em geral, “ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. (LOURO, 2001a, p. 544) Sousa (2017, p. 77) denomina de “identidade compulsória” aquelas que ocupam um campo “rígido, linear, imutável e universal” e que, por isso, precisam ser subvertidas. Não se trata, portanto, de abandonar completamente a identidade no campo político, mas usá-la de forma estratégica a fim de ampliar as possibilidades de inteligibilidade dos corpos, sem que para isso precisem se adequar a formas muito específicas de corporalidades.

5 Normas de gênero e possibilidades de rupturas

A identificação com o gênero dentro dos regimes de poder, Butler (2020, p. 217) diz, envolve uma certa identificação como uma série de normas, “cujo poder e condição precedem as identificações por meio das quais se intenta insistentemente se aproximar”. Dentro de um modelo binário dos gêneros, identificar-se como mulher ou como homem implica em estar submetido a uma certa ambivalência, uma vez que essas identificações se produzem a um custo, em que sempre se perde uma série de outras possibilidades correspondentes ao outro gênero. Essa aproximação com determinada norma não está no campo da escolha: ela é sempre forçada por esses regimes de poder. Entretanto, é possível ocupá-la, invertê-la e ressignificá-la, uma vez que ela não pode nos determinar completamente. (BUTLER, 2020) A corporificação das normas é, portanto, uma prática obrigatória, mas não totalmente determinante, pois o gênero assumido não é correspondente de forma absoluta às expectativas sociais, uma vez que nunca estamos totalmente em conformidade com o ideal com o qual somos obrigadas/os a parecer.



Esses processos de incorporação e assimilação se dão através da reiteração, ou seja, é necessário que sejam repetidos ao longo de toda nossa vida, o que significa, também, dizer que não se está no campo da vontade, mas sim de uma obrigatoriedade. Há uma exigência de incorporação de certos ideais de feminilidade e masculinidade impostos pelas normas de gênero, que geralmente se relacionam com a idealização de uma relação heterossexual, em que essas posições são postuladas como opostas e complementares. (BUTLER, 2020) A atribuição do gênero, que ocorre até mesmo antes do nascimento, é transitiva. Isso quer dizer que afirmar que alguém é uma menina ou menino implica em dar início a um processo em que uma determinada posição de feminilidade ou de masculinidade precisa ser assumida. Nesse sentido, “o termo, ou melhor, o poder simbólico do termo, governa a formação de uma feminilidade [ou de uma masculinidade] interpretada corporalmente e que nunca é completamente semelhante à norma”. (BUTLER, 2020, p. 384) Nesse cenário, a condição de humanidade dos sujeitos está relacionada à capacidade de incorporação dessas normas de gênero, o que envolve relações de disciplina e punição. (FOUCAULT, 1993)

A partir da matriz heterossexual e cisgênero há a produção de certos ideais que são irrealizáveis, mas ao mesmo tempo compulsórios. Ela é responsável pela “produção regulada de versões hiperbólicas de ‘homem’ e ‘mulher’”. Em sua maior parte, são performances impostas”. (BUTLER, 2020, p. 392) Ainda que consideremos essa dimensão de imposição, é possível uma negociação com essas normas que, perturbadas pela sua própria ineficácia, se esforçam em se repetir. A dificuldade de incorporação total desses ideais normativos do gênero é relatada pelos sujeitos da pesquisa:

Eu não me sentia homem, porque eu sou extremamente sentimental, eu gosto de dançar, eu uso maquiagem as vezes, eu curto usar umas roupas diferentes. Não sei, parecia nada se encaixar com aquilo que o padrão de homem que a sociedade diz que tem que ser e por este motivo eu não conseguia me classificar como parte deles. (Lucas, grifo nosso)

Eu era um rapaz muito feminino e que não me enquadrava dentro daqueles padrões e aí eu também não me aceitava, porque eu me achava meio que excluído e meio diferente de todo mundo e a opção que eu tinha, pelo menos na minha cabeça e mesmo com a terapia, era me tornar uma mulher transgênera, né, de que essa feminilidade que brotava precisava ser lapidada e essa lapidação seria me tornar uma mulher transgênera. Eu não conseguia aceitar que eu podia ser um indivíduo, um homem, né, homossexual e ser mais feminino. (Ariel, grifo nosso)

Eu quis ser o Bruno por causa disso, porque eu achava que para eu poder me expressar na sociedade da forma, me vestindo com roupa masculina, né, eu achava que ia ficar mais fácil para que as pessoas aceitassem eu, assim, como homem, mas na realidade não, eu estava fugindo de uma opressão. (Camila¹⁴, grifo nosso)

¹⁴ Camila se identifica como mulher cisgênero e lésbica, tendo, em um dado momento, se identificado como ‘homem trans’.



As normas de gênero podem ser percebidas, entre outras coisas, por meio das expectativas sociais sobre as atribuições e os comportamentos esperados e aceitos dos sujeitos que são sempre genderizados e, ainda, pela reprodução dessas mesmas normas pelas diferentes instituições e práticas sociais. A esse respeito Oliveira, Costa e Carneiro (2014, p. 62) dizem que “quando alguém é constituído/a como homem ou como mulher é posicionado/a numa localização no seio da ordem de gênero com regras, políticas, crenças, ideias e definições específicas sobre o que significa ser um homem ou uma mulher”, o que sempre ocorre em um determinado contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, há sempre uma expectativa de que sujeitos lidos socialmente como mulheres tenham determinadas preferências, comportamentos e tendências, como a sensibilidade e submissão, bem como os sujeitos interpretados socialmente como homens devam ter desempenhos geralmente relacionados a força e agressividade. Os muitos e diferentes modos de se fazer mulher ou homem são sempre sugeridos, anunciados e promovidos socialmente, além de serem continuamente regulados e condenados. (LOURO, 2001b) Essas expectativas foram incorporadas por esses sujeitos de modo que, ao não se reconhecerem dentro daquilo que supostamente deveriam, dada sua atribuição de gênero, pensaram ser necessária uma identificação com uma certa posição trans*, pois seus gostos se alinhavam mais com o ‘gênero oposto’.

O binarismo de gênero e essas normas sociais criam, muitas vezes, noções confusas, pois não se pode desejar e ter gostos próprios, apenas aqueles que ‘correspondem ao seu gênero’, uma vez que assim as posições de ‘mulher’ e de ‘homem’ são mantidas. Entretanto, as diferenças estabelecidas entre essas duas posições de gênero e as atribuições correspondentes não são fixas, pois, uma vez que são criadas nos processos sociais, estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo. (CONNELL, 2002) É possível, nesse sentido, ressignificar e reapropriar aquilo que tradicionalmente se entende como homem ou mulher, de modo que essas posições não digam necessariamente de lugares rígidos e previamente estabelecidos. Esse processo é relatado pelos mesmos sujeitos que disseram das suas dificuldades de incorporação dos ideais de gênero:

*Eu entendi que para ser homem não existe uma regra, a questão de como você é, é uma questão de personalidade e não se você é homem ou mulher. Eu posso ser homem e ainda assim ser extremamente sentimental. Eu posso ser homem e ser extremamente delicado. E sim, desde sempre eu era um garoto, só que eu não conseguia aceitar os preconceitos meus, **preconceitos que a sociedade impõe do que é homem e do que é mulher**. E depois que eu coloquei isso na minha cabeça, de que eu não precisava mudar o meu jeito para ser homem é que eu comecei a compreender que eu poderia passar pela transição e poderia usar o pronome masculino e o nome masculino, que eu viveria na sociedade vivendo o papel social de um homem, mesmo sem ter que mudar as minhas características de como eu sempre fui, então eu não*



precisava mudar o meu jeito, eu não precisava mudar quem eu sempre fui pra me enquadrar naquilo que diziam ser homens. (Lucas, grifo nosso)

Hoje em dia eu me sinto feliz sendo um menino homossexual. Me aceito sendo um pouco mais feminino do que o normal, porque mesmo dentro do nosso meio LGBT a gente sofre muito preconceito quem é passivo, quem é ativo, quem é mais feminino, quem é mais masculino. (Ariel, grifo nosso)

Eu descobri que eu não precisava me parecer ou ser homem para fazer as coisas que eu gostava, sabe, andar de skate, usar um boné, jogar futebol com o meu filho, nada disso. (Camila, grifo nosso)

A subversão das normas de gênero promovida por esses sujeitos que ora assumem uma posição trans*, ora adotam as identidades atribuídas, mas subvertendo-as ao não aceitarem todas as imposições que essa atribuição envolve, deve ser pensada como movimentos que ocorrem nos próprios termos do poder. (BUTLER, 2003) A repetição compulsória da lei se dá através do seu deslocamento, “por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado ‘natural’, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais”. (BUTLER, 2003, p. 139) Nesse sentido, a subversão se refere a uma repetição disruptiva e perturbadora que desestabiliza as categorias que são naturalizadas: se refere a uma variação dessa repetição que, por vezes, contesta os rígidos códigos do binarismo. Nas práticas de subversão, internas ao poder, o binário é tanto pressuposto, quanto multiplicado, perdendo sentido e demonstrando sua dimensão de contingência.

6 Considerações Finais

Os processos de ‘destransição de gênero’ ainda são pouco estudados academicamente. O que se observa é que os discursos sobre essas experiências têm circulado na grande mídia envolvendo falas perigosas, uma vez que continuam sustentando uma interpretação patologizante das vivências trans*, tentando fazer parecer que os casos de ‘destransição’ são muito mais frequentes e seriam sempre evidências de arrependimento e retorno a um lugar originário — de onde esses sujeitos nunca deveriam ter ‘partido’. Discursos como esse são sustentados, também, no âmbito da academia, através de certas leituras específicas de teorias como a psicanálise, segundo a qual as vivências trans* poderiam ser descritas como subjetividades históricas, de modo que o suposto conflito inerente a essa estrutura não poderia e não deveria ser resolvido através de mudanças corporais pelo uso de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), pois são interpretadas como demasiadamente ‘radicais’.

Pensar o gênero de maneira alternativa àquela perspectiva que o concebe como elemento estático, fixo ou puramente identitário envolve considerar seus trânsitos. Se é verdade que



todas/os nós transitamos pelo gênero e utilizamos dessas tecnologias, os discursos excludentes e violentos envolvendo as vivências dissidentes da cisnorma perdem sentido, uma vez que o gênero se produz do mesmo modo em todos os casos: performativamente. (BUTLER, 2003) Colocar em questão as normas de gênero envolve lançar um olhar crítico para o seu funcionamento também no interior dos próprios movimentos sociais, pois pode, e eventualmente está, em operação também em espaços que se propõem a ser emancipatórios. Nesse sentido, parece ser fundamental manter os termos sempre em aberto: a importância da contingência como fundamento se revela nesses movimentos, na medida em que é preciso manter uma constante abertura para a emergência de corporalidades e experiências que não estão contempladas ou previstas de antemão.

Referências

BIRMAN, J. Jogando com a Verdade: uma leitura de Foucault. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 301-324, 2002.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. *InSURgência*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pósmodernismo”. *Cadernos Pagu*, Florianópolis, v. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Florianópolis, n. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Editora UFBA. p. 19-42, 2016.

BUTLER, J. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N1-edições, 2020.

CALLAHAN, C. Unheard voices of detransitioners. In: BRUNSKELL-EVANS, H.; MOORE, M. (ed.). *Transgender children and young people: Born in your own body*. 2. ed. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2018. p. 166-180.

CONNELL, R. *Gender: in world perspective*. Cambridge: Polity Press, 2002.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *CRUZAMENTO: raça e gênero*. Brasília, DF: Unifem, 2004. p. 7-16.



DHEJNE, C.; ÖBERG, K.; ARVER, S.; LANDÉN, M. An analysis of all applications for sex reassignment surgery in Sweden, 1960-2010: Prevalence, incidence, and regrets. *Archives of Sexual Behavior*, Bethesda, v. 43, n. 8, p. 1535-1545, 2014.

EPIDEMIA. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/gpyOog>. Acesso em: 16 mai. 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 145-152.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: Ética, estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002. p. 244-270.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARAWAY, D. “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.

HILDEBRAND-CHUPP, R. More than ‘canaries in the gender coal mine’: A transfeminist approach to research on detransition. *The Sociological Review*, Thousand Oaks, v. 68, n. 4, p. 800-816, 2020.

JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 307-330, 2017.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. *Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LAURETIS, T. A Tecnologia do Gênero. In: BUARQUE, Heloisa (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, 1994. p. 206-241.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.



- LOPES, A. J. Transexualidades: desafio à psicanálise do século XXI. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, v. 48, p. 107-126, 2017.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001a.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001b. p. 07-35.
- MARANHÃO FILHO, E. M. A. *(Re/des)conectando gênero e religião: peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MARANHÃO FILHO, E. M. A. Acampa, mona, que este é o caminho: (re/des) fazendo gênero em um acampamento de “cura” de travestis. *Paralellus*, Campinas, v. 8, n. 17, p. 117-151, 2017.
- OLIVEIRA, J. M.; COSTA, C. G.; CARNEIRO, N. S. Problematizando a humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer. *Annual Review of Critical Psychology*, London, v. 11, p. 59-77, 2014.
- OLIVEIRA, J. M. Trânsitos de gênero: leituras queer/ trans* da potência do rizoma gênero. In: COLLING, L. (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Editora UFBA, 2016. p. 109-132.
- OLIVEIRA, J. M. Queer. *Dicionário Alice*, Coimbra, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3PF7feK>. Acesso em: 21 maio 2022.
- PELÚCIO, L. O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Iberic@l: Revue D'études Ibériques et Ibéro-américaines*, Paris, n. 9, p. 123-136, 2016.
- PLATERO MÉNDEZ, R. (L.). La agencia de los jóvenes trans* para enfrentarse a la transfobia. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, Madrid, v. 9, p. 183-193, 2014.
- POMBO, M. Discursos contemporâneos sobre as transexualidades: poder, verdade e subjetivação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 770-789, 2020.
- PRECIADO, P. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.
- PRECIADO, P. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11- 20, 2011.
- SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. “Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 453-472, 2017.
- SILVA, F. F.; ALVIM, M. B. [Trans]existência: corpos erráticos, gesticulações políticas de resistência. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 32, p. 1-16, 2020.
- SILVA, F. F. Feminilidades/Masculinidades: uma errância corporal em direção ao tornar-se. In: SCHOENACHER, A. M.; VELLOSO, L. S. (org.). *Reflexões*



do I Simpósio mulher Rio: Não se nasce mulher, torna-se mulher – olhares para o feminino. Rio de Janeiro: Autora, 2018. p. 110-114.

SILVEIRA, A. E. M. *O homem, uma mulher: um estudo psicanalítico sobre as fórmulas da sexualização*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SOUSA, E. T. *Tensões sobre o sujeito do feminismo no contemporâneo: mulheres trans e o transfeminismo no discurso do feminismo radical*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TROMBETTA, S. O desamparo do jovem, e a solidão de todos nós, nas questões transgêneros: Ignoramus! *Psicanálise em Revista*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 101-100, 2018.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249-270.

